



O histórico dos recursos é o seguinte:

Fonte de Recursos (em Reais)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total Geral	%
CG	11.516.808	15.967.149	15.000.000	28.181.600	27.330.000	30.330.000	32.845.500	161.171.057	77,40
FNDE	4.000.000	16.300.000	14.700.000	-	2.980.750	-	-	37.980.750	18,24
CNPQ	-	598.200	2.376.300	3.200.400	2.060.400	-	-	8.235.300	3,96
CEF	210.000	90.000	-	-	-	-	-	300.000	0,14
EBCT	250.000	-	-	-	-	-	-	250.000	0,12
BNDES	-	200.000	-	-	-	-	-	200.000	0,10
BNB	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000	0,02
Eletrobrás	35.000	-	-	-	-	-	-	35.000	0,02
<b>Total</b>	<b>16.061.808</b>	<b>33.155.349</b>	<b>32.076.300</b>	<b>31.382.000</b>	<b>32.371.150</b>	<b>30.330.000</b>	<b>32.845.500</b>	<b>208.222.107</b>	<b>100,00</b>

Campinas, 27 de janeiro de 2012.

CÉSAR CAMACHO

Diretor-Geral

MARTA BARROSO SALOMÉ

Contadora CRC-RJ nº 086316/05

**ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNANBUCO**

**ATO DPR/Nº 29/2012**

O Diretor-Presidente do ITEP/OS, no uso de suas atribuições, Resolve: Substituir JAMIE CARVALHO MOUSINHO por MICAELA VIRGINIA MARTINS VIEGAS nas funções de membro suplente da Comissão Especial de Licitação e da Comissão de Seleção de Fornecedoros do ITEP/OS, a partir de 01.03.2012.

FREDERICO CAVALCANTI MONTENEGRO

**ATO DPR/Nº 30/2012**

O DIRETOR PRESIDENTE DO ITEP/OS, no uso de suas atribuições, Resolve: Atribuir a ALEXANDRE HENRIQUE CAVALCANTI DE QUEIROZ FILHO, cumulativamente, a função de pregoeiro, durante as férias da respectiva titular.

FREDERICO CAVALCANTI MONTENEGRO

**ATO DPR/Nº 31/2012**

O DIRETOR PRESIDENTE DO ITEP/OS, no uso de suas atribuições, Resolve: designar CLAUDIA MARIA CABRAL DE OLIVEIRA LIMA para a função de pregoeira de apoio da Comissão Especial de Licitação, a partir de 01.03.2012.

FREDERICO CAVALCANTI MONTENEGRO

**BARCELONA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA**

**AVISO DE EXTRAVIO**

Pelo presente comunicado, a empresa Barcelona Produções Culturais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.240.764/0001-01, inscrição municipal 0421779-9, com sede na Avenida das Américas, nº 500, Blc. 03, sala 224, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, representada por seu sócio João Carlos Daniel, informa o extravio dos seguintes documentos, que se encontravam de posse do escritório contábil Ábaco Contadores Ltda., empresa contábil que prestava serviços, localizada na Avenida Treze de Maio, nº 44, 11º andar, Centro, RJ, atingida pelo desabamento ocorrido em 25 de janeiro de 2012: - Livros Diário dos últimos 05 anos; - Livros Razão dos últimos 05 anos; - Livros de Apuração do ISS dos estabelecimentos matriz e filiais dos últimos 05 anos e respectivas guias de recolhimento; - Livros de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências do ISS, com respectivas AIDF autorizadas; - Livros e Fichas de Registro de Empregados; - Terceiras e/ou quartas vias das notas fiscais de serviços prestados pelos estabelecimentos matriz e filiais dos últimos 05 anos; - Primeiras vias das notas fiscais de serviços tomados pelos estabelecimentos matriz e filiais dos últimos 05 anos; - Extratos bancários originais dos últimos 05 anos; - Comprovantes de pagamentos realizados a fornecedores originais dos últimos 05 anos; - Comprovantes de recebimentos realizados originais dos últimos 05 anos; - Documentos originais que serviriam de base para elaboração das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos 05 anos; - Documentos originais que serviriam de base para elaboração das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica dos últimos 05 anos; - Cópia do Contrato Social e Alterações; - Cópia de Identidade dos sócios; - Cópia de CPF dos sócios; - Demais documentos da empresa.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2012.  
JOÃO CARLOS DANIEL  
Sócio

**CAIXA SEGURADORA S/A**

**RETIFICAÇÃO**

Em nossas demonstrações financeiras publicadas no dia 28/02/2012 no Diário Oficial da União das páginas 178 a 184, os valores dos desdobramentos da rubrica "Provisões técnicas - seguros", no Passivo Circulante, no Balanço Patrimonial, na coluna referente ao exercício encerrado em 31/12/2011, onde se lê: "Danos" R\$ 1.268.197 mil e "Pessoas" R\$ 1.173.971 mil; leia-se: "Danos" R\$ 1.397.483 mil e "Pessoas" R\$ 1.044.685 mil, sem haver alteração na rubrica "Provisões técnicas seguros". 13 de março de 2012.

**CEMISIL CERÂMICA E MINERAÇÃO SILVA LTDA**

**AVISO DE LICENÇA**

Cemil Cerâmica e Mineração Silva Ltda, CNPJ nº 85.333.086/0001-27, com sede BR 101, km 362 - Morro Grande, Sangão - SC, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, pedido de Licença Ambiental Prévia e Licença Ambiental de Instalação, para a atividade de Extração de Agilito na localidade de Morro Mãe Luzia, Maracajá/SC, relativo ao DNPM 815.269/08.

Sangão-SC, 7 de março de 2012.  
LOURIVAL JOSE DA SILVA  
Sócio-Administrador

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA**

**EXTRATO DE CONTRATO**

PREGÃO nº 1/2012 - Contratante: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC. Contratado: GRÁFICA SONORA LTDA-EPP. Objeto: Prestação de serviços de impressão gráfica, manuseio e entrega de materiais para atender o projeto "Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro" convênio nº 655501/2009. Vigência: 05/03/2012 a 31/03/2012. Valor Total: R\$ R\$ 120.290,00. Data de Assinatura: 05/03/2012.

**CENTRO DE TECNOLOGIA APLICADA DE ALTO DESEMPENHO - CTAAD**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocam-se a todos os associados do CTAAD - CENTRO DE TECNOLOGIA APLICADA DE ALTO DESEMPENHO, CNPJ: 12.487.684/0001-87, que nesta data somam 20 pessoas, para a Assembleia Geral Ordinária de ordem 01/2012, a realizar-se no dia 26 de Março de 2012 às 09:00h., nesta cidade de Brasília - DF, no endereço de sua sede social localizado no Brasília Empresarial Varig, SCN QD 4 BL B Nº 100 Conj. 1201. CEP: 70714-900 com os seguintes assuntos: 1) Análise e aprovação do Plano de Trabalho de 2012; 2) Análise e aprovação do Relatório Anual de Atividades dos Superintendentes do exercício de 2011; 3) Discutir e homologar a Demonstração de Resultado e o Balanço Patrimonial do exercício de 2011 aprovados pelo Conselho Fiscal; 4) Assuntos gerais.

Em 9 de março de 2012  
FLAVIO VELOSO DE CASTILHO  
Presidente - CTAAD

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de:

Ativo	2011	2010
Ativo Circulante	31.562.525	22.163.303
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.680.032	11.580.845
Bancos/caixa	84.914	501.484
Aplicações Financeiras	16.595.118	11.079.361
Outros Valores a Receber	14.882.493	10.582.458
Clientes	13.200.000	9.908.482
Adiantamento a Fornecedoros	1.152.679	167.645
Impostos a Recuperar	43.103	45.743
Adiantamento de Férias	312.824	275.466
Outros Créditos	1.408	0
Títulos de Capitalização - BB	170.380	154.000
Despesas do Exercício Seguinte	2.099	31.122
Ativo Não Circulante	1.438.879	823.293
Realizável a Longo Prazo	0	132.380
Títulos de Capitalização	0	132.380
Imobilizado	525.736	613.688
Bens e Direitos em Uso	1.769.219	1.794.991
(-) Depreciações Acumuladas	(1.243.483)	(1.179.303)
Intangível	913.143	75.225
Sistemas Aplicativos - Software	1.251.672	386.183
(-) Amortizações Acumuladas	(338.529)	(310.958)
<b>Total do Ativo</b>	<b>33.001.404</b>	<b>22.986.597</b>

Passivo	2011	2010
Passivo Circulante	1.734.052	1.700.230
Encargos Sociais a Recolher	222.479	237.756
Encargos Tributários a Recolher	203.803	196.683
Fornecedoros	204.037	380.873
Provisões para Férias e Encargos	1.084.406	884.618
Adiantamento de Terceiros	0	300
Outras contas a pagar/compensar	19.327	-
Patrimônio Social Líquido	31.267.352	21.286.367
Reservas	7.457.102	5.916.479
Reserva Técnica	7.457.102	5.916.479
Déficit/Superávit Acumulado	23.810.250	15.369.888
Déficit/Superávit do Exerc. Ant.	13.904.129	16.942.138
Déficit/Superávit do Exercício	9.906.121	(1.572.250)
<b>Total do Passivo</b>	<b>33.001.404</b>	<b>22.986.597</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT**

	2011	2010
(+) Receita Bruta	33.767.942	29.411.317
Transferências da União	31.050.000	24.600.000
Serviços Prestados a Terceiros	2.619.599	4.803.234
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	3.343	8.083
Patrocínio	95.000	0
(-) Deduções da Receita Bruta	(93.603)	(211.334)
ISS sobre Faturamento	(93.603)	(211.334)
(-) Receita Líquida	33.674.339	29.199.983
(-) Despesas Operacionais	(25.216.033)	(32.082.838)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.904.195)	(2.022.802)
Despesas com Pessoal e Encargos	(12.710.496)	(11.805.917)
Serviços de Terceiros	(6.640.837)	(8.977.381)
Aluguéis e Arrendamentos	(1.503.359)	(1.312.944)
Impostos e Taxas	(44.159)	(41.262)
Diárias	(787.452)	(1.363.637)
Passagens	(1.131.365)	(2.228.870)
Promoções e Eventos	(255.034)	(4.075.790)



Outras Despesas Operacionais	(21.830)	(22.010)
Depreciações e Amortizações	(217.306)	(232.225)
(=) Resultado Operacional Bruto	8.458.306	(2.882.855)
(+/-) Resultado Financeiro	1.447.815	1.310.606
Despesas Financeiras	(325.773)	(487.552)
Receitas Financeiras	1.773.588	1.798.153
Superávit/Déficit do Exercício	9.906.121	(1.572.249)

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília/DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 e na NBC T 10.19 sobre entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2011.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - a) Instrumentos financeiros: O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis - Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. b) Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. c) Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. d) Provisões: uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. e) Apuração dos resultados: O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10.19 do Conselho Federal de Contabilidade. f) Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. g) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalente de caixa. O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado:

	2011	2010
Caixa	0	1.000
Bancos Conta Movimento	84.914	500.484
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	16.595.118	11.079.361
Total	16.680.032	11.580.845

#### Nota 5 - Aplicações Financeiras

	2011	2010
Investimentos circulares Mantidos até o vencimento	170.380	154.000
Títulos de Capitalização		
Investimentos não circulares Mantidos até o vencimento	0	132.380
Títulos de Capitalização		
Total	170.380	286.380

A manutenção de aplicações em Títulos de Capitalização deve-se a necessidade de amparo à parte da garantia de fiança de aluguel da sede da Entidade.

Nota 6-Clientes. Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais a Entidade firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

Clientes	2011	2010
ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	0	118.482
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.200.000	2.350.000
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	12.000.000	7.440.000
Total	13.200.000	9.908.482

Nota 7 - Adiantamento de férias. O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2012). Em virtude dessa política, foi registrado montante de R\$ 312.824 no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

Nota 8 - Adiantamento a fornecedores. Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados a fornecedores no montante de R\$ 1.152.679 (R\$ 167.645 - 2010)

Nota 9 - Imobilizado e Intangível. Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (imparment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	Exercício 2011	Exercício 2010
<b>Imobilizado</b>			
Equipamentos de Informática	20%	1.172.927	1.201.108
Instalações	10%	13.008	13.008
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	41.805	42.941
Móveis e Lâmpadas	10%	427.673	420.547
Equipamentos de Audio Visual	20%	113.806	117.387
(-) Depreciações		(1.243.483)	(1.179.303)
Subtotal do Imobilizado		525.736	615.688
<b>Intangível</b>			
Sistemas Aplicativos - Softwares	20%	1.251.672	386.183
(-) Amortizações		(338.529)	(310.958)
Subtotal do Intangível		913.143	75.225
Total do Imobilizado e Intangível		1.438.879	690.913

Nota 10 - Fornecedores. Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2011	2010
Stalivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda	0	10.000
FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	0	159.000
CENERGEL - Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda	0	25.000
Fundação José Arthur Boiteux	0	50.000
AGM - Miranda Turismo e Representações	0	74.864
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e...	24.000	24.000
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	170.600	0

Silvana de Fátima Neitzek - ME	0	10.000
Outros Fornecedores	9.437	28.009
Totais	204.037	380.873

Nota 11 - Patrimônio Social Líquido. O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. De acordo com a subcláusula segunda da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 7.457.102 (R\$ 5.916.479), neste exercício.

Nota 12 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2011 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 31.050.000 (R\$ 24.600.000 - 2010), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 17.850.000 recebidos no exercício e R\$ 13.200.000 escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2011 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 2.619.599 (R\$ 4.803.234 - 2010). Demonstrados no quadro a seguir:

Quadro de receitas de contratos administrativos

Contratantes	2011	2010
Ministério do Desenvolvimento Ind e Com. Exterior - MDIC	0	81.600
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI	445.557	683.047
Agência Francesca de Desenvolvimento - AFD	33.318	0
Embaixada Britânica-Eficiência Energética	78.925	406.232
Embaixada Britânica-PPT BRA 1008	494.524	0
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0	720.887
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica-ABPTI	0	238.482
International Development Research Centre - IDRC	140.773	170.332
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento do Est. Alagoas	400.000	0
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE	191.080	157.020
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR - SAE/PR	485.422	2.345.634
Sociedade Brasileira de Física - SBF	350.000	0
Total	2.619.599	4.803.234

c) Receitas financeiras - o CGEE obteve no exercício de 2011 uma receita de R\$ 1.773.588, conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.540.749	137.591
Descontos obtidos	94.377	7
Outras receitas financeiras	13	0
Variações monetárias ativas	0	851
Total	1.635.139	138.449
Total Geral	1.773.588	

Nota 13 - Despesas - A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou R\$ 25.541.807 (R\$ 32.750.390 - 2010), sendo R\$ 23.332.693 (R\$ 27.964.067 - 2010) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.209.113 (R\$ 4.606.323 - 2010) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 14 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total de R\$ 494.908 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito reais). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados. c) Fiscalização - Consta, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.106.051 (Um milhão, cento e seis mil, cinquenta e um reais) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de



recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados.

Brasília, 31 de dezembro de 2011  
**AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES**  
 Assessor Financeiro e Contábil do CGEE/OS  
 CRC-DF 000 656/O-8  
 CPF 000.068.151-20

**MARIANO FRANCISCO LAPLANE**  
 Presidente do CGEE/OS  
 CPF 096.769.418-32

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas Demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Ênfase - Conforme descrito na nota explicativa 14, o CGEE é réu em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, na qual são questionados os contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, sob a suspeita da realização de atos de improbidade administrativa, cujas penalidades vinculadas à citada ação totalizam, em 31 de dezembro de 2011, o montante aproximado de R\$ 495 mil, bem como possui dois processos, na esfera administrativa, junto à Secretaria da Receita Federal, para impugnação de auto de infração relativo ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, no valor de, aproximadamente, R\$ 1.106 mil. Em virtude do atual estágio desses processos e pela ausência de decisão definitiva sobre os assuntos, não foi possível, nesse momento, determinar os eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 2012  
**BAKER TILLY BRASIL - MG AUDITORES INDEPENDENTES**  
 CRC-MG 005455/O-1 "S" DF

**JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO**  
 Contador CRC-DF 009386/O-1

**NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO**  
 Contador CRC-DF 013421/O-9

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

1. As nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete (27) de mês de fevereiro de dois mil e doze (2012), na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, realizou-se a vigésima sexta (26ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do CGEE que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada por balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2011.

Tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pelo Assessor Financeiro e Contábil, os Membros do Conselho Fiscal são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de ser aprovadas.

Portanto, o Conselho Fiscal considera que a referida documentação pode ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012  
**JOSÉ ROBERTO ALVES CORRÊA**  
 Presidente

**LUIZ ALBERTO DE FREITAS BRANDÃO**  
**HORTA BARBOSA**  
 Conselheiro

**FÁTIMA SANDRA MARQUES HOLLANDA**  
 Conselheiro

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

1. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, cujo objeto encontra-se descrito na Cláusula Primeira do Contrato de Gestão ("... parceria entre as partes com vistas ao apoio à gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias por parte do Órgão Supervisor". As atividades do Centro estão, portanto, voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CT&I, em particular entre aqueles dos setores público e privado. A agenda de trabalho do CGEE inclui atividades que são, de um lado, pactuadas com o Órgão Supervisor e inseridas em Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão e, de outro, negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI. Para a execução da agenda anual de trabalho, o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CT&I; e (5) Gestão Institucional. O ano de 2011 foi um ano atípico para a relação de parceria entre o CGEE e o MCTI, no qual foram executadas atividades inseridas em quatro Termos Aditivos (TA) ao Contrato de Gestão, dos quais um deles firmado ainda em 2010 (Primeiro TA), mas com subações com prazo de término em junho de 2011 e outros três - Segundo, Terceiro e Quarto TA - firmados em 20 de julho, 01 de setembro e 29 de dezembro de 2011, respectivamente. O Plano de Ação 2011 do Contrato de Gestão foi formalizado somente no Terceiro TA, incluindo tanto as subações em andamento trazidas de aditivos anteriores como as subações novas pactuadas em 2011 com o MCTI. Em 2011, a direção do Centro concentrou-se em criar as condições necessárias para atender aos compromissos assumidos nos mencionados aditivos e cujos prazos de término eram 30 de junho e 31 de dezembro desse ano, deixando para implementação futura os compromissos datados de 30 de junho de 2012. Isso porque a formalização tardia do terceiro TA, em setembro de 2011, causou atrasos nos repasses dos recursos financeiros pactuados para esse ano. Esta estratégia permitiu que os impactos desses atrasos fossem minimizados e não comprometessem o atendimento das metas constantes do Anexo III do 4º TA ao Contrato de Gestão, "Indicadores de Produtividade do Plano de Ação - Prazos e Pesos". O conjunto de produtos e eventos realizados nesse ano são demonstrações da intensidade e da dinâmica de atuação do CGEE no âmbito do SNCTI. Tal desempenho somente foi possível alcançar por meio do esforço empreendido por todos os empregados do Centro e pelo apoio decisivo do Órgão Supervisor no exercício cotidiano do inovador modelo institucional de Organização Social. São notas importantes de 2011 as mudanças havidas na alta administração do MCTI e do CGEE, com a posse do Ministro Aloizio Mercadante, em janeiro, e a do novo presidente do Centro, Mariano Francisco Laplane, em julho. Tais mudanças permitiram ao CGEE dar continuidade à intensificação da produção de estudos que antecipem as inovações que impactam o crescimento do País, em conformidade com políticas públicas na área de CT&I. O total de subações concluídas no ano atingiu 34, de um total de 56 subações pactuadas, sendo que 22 ainda estavam em andamento em dezembro de 2011. Das subações concluídas destacamos algumas como: Subsídios para o Reposicionamento Estratégico do CNPq que objetivou gerar subsídios para reposicionar estrategicamente o CNPq, com base nas mudanças recentes no ambiente de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no mundo; Semicondutores Orgânicos na Indústria da Informação e Comunicação que procurou identificar elos e nichos de mercado na cadeia industrial e propor ações que subsidiem tomadores de decisão no fortalecimento do emprego de semicondutores orgânicos na indústria da informação e comunicação; Apoio técnico à transformação da Finep em instituição financeira que preocupou-se em entender os modelos institucionais internacionais de financiamento à inovação, definir cenários e opções estratégicas para a transformação da Finep em instituição financeira, elencar os requisitos básicos de negócio para a transformação e elencar os principais impactos no atual modelo de atuação da Finep; Plataforma Aquários que teve por objetivos: (a) a reorganização administrativa e estratégica do MCTI, com produção de painéis de informação e conhecimento integrados a

sistemas operacionais existentes, (b) a integração do Portal da Transparência (Controladoria Geral da União - CGU), ou de outras fontes de informação sobre a gestão pública, com os Sistemas de Informação Gerenciais do MCTI com o objetivo ampliar o rol de informações administrativas de CT&I e os conhecimentos de suporte estratégico para tomada de decisão e (c) a consolidação da sala de situação, com o objetivo de monitorar informações estratégicas do Sistema Nacional de CT&I (planos, iniciativas, programas e projetos estratégicos); Doutores e Mestres no Brasil - 2011 que procurou explorar novos aspectos do nosso sistema de Pós-graduação, mantendo como referencial metodológico principal o cotejamento da base de dados dos egressos da Pós, oriunda da Capes, com a da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do TEM; Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais - Etapa I que preparou um mapeamento aprofundado das estratégias individuais de diversificação, que constituem um possível terreno fértil para a intervenção das políticas de inovação do País; e Recomendações para o aprimoramento das políticas de informática e desenvolvimento das TICs que buscou organizar propostas no contexto do diálogo com os novos dirigentes que assumiram a condução dessas atividades no MCTI. - Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos financeiros acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2011 a serem reprogramados para 2012.

SalDOS Financeiros Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2011 - Quadro Resumo*	
SalDOS de exercícios anteriores	15.873.698,67
Créditos recebidos no exercício 2011	23.564.095,07
Subtotal (A)	39.437.793,74
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2011	(24.298.908,53)
Subtotal (B)	(24.298.908,53)
Créditos a receber	13.200.000,00
Compromissos a pagar	(14.456.546,69)
Subtotal (C)	(1.256.546,69)
Total (A-B-C)	13.882.338,52
Ajuste recuperação de crédito (D)	74.864,26
Saldo Financeiro a reprogramar (A-B-C+D)	13.957.202,78
<b>Composição:</b>	
Reserva Técnica	7.457.102,40
Saldo de ações a serem continuadas	10.171.003,66
Saldo de ações concluídas	6.125.369,25
Deficit a repactuar	(9.796.272,53)
Total Composição saldo Financeiro	13.957.202,78

\*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2011

**AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES**  
 Assessor Financeiro e Contábil do CGEE/OS  
 CRC-DF 000 656/O-8  
 CPF 000.068.151-20

**MARIANO FRANCISCO LAPLANE**  
 Presidente do CGEE/OS  
 CPF 096.769.418-32

**EDUARDO MOACYR KRIEGER**  
 Presidente do Conselho de Administração do CGEE/OS  
 CPF 015.326.428-49

**CIDADE TOGNATO S.A**  
**EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente, ficam os acionistas da sociedade CIDADE TOGNATO S.A EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS ("Sociedade") CONVOCADOS, nos termos do artigo 26 de seu Estatuto Social, a comparecer à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Sociedade a se realizar aos 22 de março de 2012, às 09:00 horas em 1ª convocação, e às 09:30 horas, em 2ª convocação, na RUA AVARÉ Nº 42 - Vila Baeta Neves - CEP: 09751-060, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, de acordo com a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre alienação dos recebíveis e/ou outros imóveis que constem do ativo imobilizado da empresa para fim de quitação urgente de dívidas tributárias da Fiação e Tecelagem Tognato S/A, (ii) Deliberar sobre a venda, permuta ou outra modalidade de alienação das unidades comerciais, do 17º pavimento da Torre "Domus Business" do Empreendimento Imobiliário, situado na Avenida Pereira Barreto, nº 951, em São Bernardo do Campo/ SP e, (iii) Demais assuntos de interesse da Sociedade.

São Paulo, 12 de março de 2012.  
**KATIE TOGNATO GIONGO**  
 Diretora Presidente

**RENATA TOGNATO COSTA**  
 Diretora Vice Presidente